



Resolução

UMA NOVA CENTRALIDADE À CONCERTAÇÃO SOCIAL UM CAMINHO DE CONFIANÇA PARA UM FUTURO COM ESPERANÇA

A consciência de que a concertação social tem um papel central para a realização de mudanças fundamentais para o País é hoje cada vez mais profunda.

Para tal contribuem indubitavelmente os resultados obtidos no passado, mesmo em momentos extremamente difíceis para o País, garantindo reformas estruturais num clima de confiança e paz social.

Mas contribui igualmente a centralidade que lhe tem sido dada pela intervenção pública da UGT e de outros actores políticos, como é o caso do Presidente da República, que, porventura mais do que em qualquer outro momento dos últimos anos, têm colocado a concertação sob o foco e a atenção da própria comunicação social.

As preocupações expressas pela UGT são acompanhadas e partilhadas por muitos que reconhecem que os compromissos que podem e devem ser assumidos pelos parceiros sociais, tanto como os que podem ser alcançados em sede parlamentar, são fundamentais no quadro de uma democracia que não se esgota na representação político-partidária mas em que a sociedade civil deve ser uma parte envolvida nos problemas e nas suas soluções, no espírito de uma democracia verdadeiramente participativa.

A UGT, enquanto central sindical cuja matriz fundacional radica no diálogo, na proposição e na procura de consensos e compromissos, não pode deixar de considerar que este novo impulso social dado à concertação é extremamente positivo mas igualmente responsabilizador, pela necessidade – dir-se-ia mesmo premência – que é colocada na obtenção de resultados concretos para o País.

Devemos valorizar a aproximação que se tem verificado, nomeadamente em sede de discussão de Orçamento do Estado para 2017, a posições e propostas apresentadas pela UGT e veiculadas pelo Secretário Geral na comunicação social.

São disso exemplo a actualização de todas as pensões mínimas, que defendemos na nossa Política Reivindicativa 2016-2017 de Setembro de 2016, como sendo da mais basililar justiça

social, proposta que mereceu acolhimento nas posições de vários partidos com assento parlamentar, e mesmo a mudança do regime do adicional ao IMI, em que a UGT defendeu publicamente a aplicação de um regime de isenção idêntico para todos os sectores de actividade logo após a entrega da proposta de OE, apoiando aqui nomeadamente a pretensão da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Mas é também disso exemplo a abertura manifestada pelo Governo a uma negociação de questões como o descongelamento de carreiras e progressões na Administração Pública, a qual esperamos que venha a estender-se a um leque mais vasto de matérias e a produzir resultados concretos já em 2017, valorizando o diálogo sectorial, em alinhamento com o que sempre considerámos fundamental para uma política adequada de gestão de recursos humanos, de melhoria dos serviços e de correcção das injustiças praticadas contra os funcionários públicos.

De saudar é ainda o novo modelo de gestão para a Carris, passando a gestão para a Câmara Municipal de Lisboa, o que, não correspondendo integralmente à solução que defendemos, permitirá manter a empresa na esfera pública e criar condições para a melhoria da qualidade do serviço público de transportes prestado aos utentes.

No entanto, parece-nos que será necessário ir mais longe, respondendo de forma estruturada aos anseios depositados na concertação social, apostando de forma clara na construção de uma estratégia para o País em que o desenvolvimento económico caminhe lado a lado com o desenvolvimento social.

Temos hoje um contexto que apresenta sinais positivos quer em termos de crescimento económico quer de mercado de trabalho e o sucesso da mudança de políticas operada por este Governo é inclusivamente reconhecida pelas instituições europeias, que não apenas aprovaram a proposta de Orçamento do Estado sem exigências de medidas adicionais como retiraram o espectro das sanções a aplicar a Portugal e até avaliaram positivamente as opções de política prosseguidas, tão criticadas no passado próximo.

Mas esses resultados apenas serão consistentes e sustentados se fundados numa verdadeira estratégia que impulse o crescimento a um ritmo superior ao dos últimos anos, garantindo mais e melhor emprego, alavancado não apenas pelo reforço das exportações mas ainda pelo maior aprofundamento do reforço dos rendimentos dos portugueses (por via do aumento de salários e pensões, da dinamização da negociação colectiva e até de uma política fiscal mais justa), essencial à dinamização do mercado interno.

Uma estratégia que não deixe de fora o aumento sustentado do salário mínimo. A UGT espera que aqueles que tanto falam na necessidade de actualização do salário mínimo e nos criticaram por ter assinado os acordos que garantiram as suas duas últimas atualizações não continuem a assumir uma postura claramente ideológica, colocando-se de fora da assumpção de qualquer compromisso sobre esta matéria, ignorando as necessidades e a dignidade de quem trabalha e vive do seu salário.

Uma estratégia que não deixe de afrontar os problemas graves vivenciados pelos desempregados, cujo número continua insustentável não obstante a redução da taxa de desemprego que se vem verificando. E neste quadro especial atenção deve ser dada ao desemprego jovem, com uma taxa de desemprego que se mantém ainda acima dos 26%, ao crescente número de jovens NEET (não empregados nem em processo de formação ou educativo) e ao agravamento da precariedade laboral, o que torna urgente o reforço de medidas de apoio à contratação, nomeadamente no quadro da Garantia Jovem, de forma a potenciar a inserção de jovens no mercado de trabalho em empregos dignos e de qualidade.

E esta estratégia será sempre tão mais bem sucedida se construída com os parceiros sociais, num quadro de consensos e medidas concretas, bem longe das meras intenções por vezes assumidas no passado, que mereçam a adesão e o apoio dos actores sociais e económicos, nomeadamente no quadro de um acordo de médio prazo pelo qual a UGT se vem batendo.

Para tal, será necessário que todos os parceiros envolvidos nas negociações – Governo, Sindicatos e Empregadores – estejam plenamente conscientes de que a sua abertura ao diálogo e ao compromisso serão essenciais para, num momento em que se assume uma opção clara de mudar as políticas de anos recentes, dar resposta aos desafios concretos que Portugal atravessa e atravessará e mesmo às pressões externas com que ainda nos confrontamos, garantindo que a concertação social venha a ser aquilo que todos esperam que seja: a sede da construção de um caminho de confiança e esperança para Portugal e para os portugueses.

Nas palavras do Dr. Fernando Medina, Presidente da Câmara de Lisboa, quando da inauguração da UGT no passado dia 10 de Outubro:

“Um acordo implica sair da nossa zona de conforto, da nossa posição de partida. Um acordo não é a vitória da nossa posição, é a vitória daquilo a que nós chegamos aproximando-nos da posição do outro.

Há muito quem olhe para a cedência e para o entendimento como uma derrota. Fazer um acordo é uma arte, uma vitória, principalmente numa sociedade cada vez mais complexa.

(...)

Não conheço melhor instrumento para lidar com os desafios do que o diálogo e a concertação.

Isto dá muito trabalho? Dá!

Exige muito tempo? Exige!

Mas, no fim, não tenho nenhuma dúvida que a negociação e a concertação acrescentam muito mais à qualidade da política, acrescentam muito mais à qualidade da decisão, acrescentam muito mais à qualidade da nossa vida colectiva do que simplesmente o jogo de confrontação.”

UGT ASSINALA O DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

DESISTIR DAS CRIANÇAS É DESISTIR DO FUTURO!

As Nações Unidas adoptaram a Convenção dos Direitos da Criança no dia 20 de Novembro de 1989. Vinte e sete anos depois, mais de 350 milhões de crianças em todo o mundo ainda vivem numa situação de pobreza extrema.

No aniversário daquela data, que passou a assinalar o Dia Internacional dos Direitos das Crianças, a UNICEF lembrou que os direitos de milhões de crianças continuam a ser violados todos os dias. Os dados falam por si. Há hoje 385 milhões de crianças que vivem na pobreza extrema e mais de 50 milhões de crianças deslocadas no Mundo devido a guerras, violência e perseguições. Destas, 31 milhões abandonaram os seus países, o que as força frequentemente a quebrar os seus laços familiares, e 17 milhões estão deslocadas dentro do seu próprio país.

Em Portugal, que ratificou aquela Convenção a 21 de Setembro de 1990, muito foi feito.

Tivemos resultados muito positivos, no que é considerada ainda hoje uma boa prática a nível internacional, na luta contra o trabalho infantil no nosso País, os quais se deveram também ao envolvimento ímpar dos parceiros sociais e da sociedade civil.

Mas esta é uma realidade que não está porém ainda hoje totalmente erradicada e que continua a merecer especial atenção por parte da UGT, tal como não o pode deixar de merecer o fenómeno da pobreza infantil, a qual se agravou de forma alarmante (e invertendo uma tendência que se vinha registando de forma sustentada) em virtude dos últimos anos de políticas de austeridade e dos elevados níveis de desemprego, que tiveram impacto directo no bem-estar das crianças portuguesas ao nível da saúde, da educação e dos apoios sociais às famílias.

Com um quarto das crianças portuguesas em risco de pobreza e exclusão (dados Eurostat divulgados em novembro de 2016) devido a uma situação de desemprego dos pais ou pelas quebras nas prestações sociais, devem ser adoptadas medidas de combate efectivo a este fenómeno.

27 anos decorridos sobre a adopção da Convenção dos Direitos da Criança, o que este dados – de outros mas também do nosso País – nos deixam é uma mensagem clara: a UGT, os actores políticos, económicos e sociais, tal como toda a sociedade, não podem demitir-se das suas responsabilidades.

Não podemos e não devemos baixar os braços e fechar os olhos se queremos lutar por uma sociedade mais justa e solidária, conforme sempre o tem feito o movimento sindical.

Desistir das crianças é desistir do futuro!

Aprovada por unanimidade

24 de Novembro de 2016